

**IMPEACHMENT E INTERVENÇÃO MILITAR – SIMILITUDES QUE MARCAM A HISTÓRIA RECENTE DE UM PAÍS REDEMOCRATIZADO HÁ 50 ANOS**Edwaldo Costa<sup>1</sup>Suélen Keiko Hara Takahama<sup>2</sup>**RESUMO**

A atual crise política, econômica e social do Brasil guarda muitas semelhanças com aquela que desaguou no golpe de 1964 e nos 21 anos de regime militar, do qual o país emergiu somente em 1985, com a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Mas as semelhanças não chegam a desenhar uma intervenção militar, como exigem alguns manifestantes nas ruas e vários nas redes sociais da internet. Para compreender tais semelhanças é preciso lembrar e analisar, ainda uma vez, a história recente do país, o contexto mundial e local em que se deu a deposição de João Goulart. E, quanto a esse aspecto, é preciso cuidar o papel desempenhado pela imprensa – 50 anos atrás e agora. O presente artigo pretende promover essa recordação dos fatos e também a comparação entre o ontem e o hoje, como forma de criar condições para o pleno entendimento do que acontece no atual momento do país.

**Palavras-chave:** regime militar; impeachment; corrupção; comunismo; crise política.

**ABSTRACT**

The current political, economic and social crisis of Brazil holds many similarities to the one that flowed in the 1964 coup d'état and 21 years of military rule, from which the country emerged only in 1985, with the election of Tancredo Neves by the Electoral College. But the similarities do not get to draw a military intervention, as demanded by some demonstrators in several streets and social internet networks. To understand such similarities, we must remember and analyze, once again, the recent history of the

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Centro Universitário Toledo - UNITOLEDO

<sup>2</sup> Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

country, the global environment and where they took the deposition of João Goulart. And in this regard, it must make the role played by the press - 50 years ago and now. This article seeks to promote this celebration of the facts and also the comparison between yesterday and today, to create conditions for a full understanding of what happens at the moment in the country.

**Keywords:** military rule; impeachment; corruption; Communism; political crisis.

## INTRODUÇÃO

Muito se tem falado, nas manifestações de rua e em especial nas redes sociais da internet, em “intervenção militar constitucional” (termo utilizado amplamente), como forma de contornar a crise política, social e econômica em que o país se vê mergulhado. E tal “apelo” é feito como se intervenção militar não estivesse no limiar de um golpe militar, como aquele havido há meio século – apesar do que reza a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 142, que diz:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988)

Compreender o cenário em que o golpe militar aconteceu, em 1964, é essencial para que se analise qual a memória social que impera em momento crítico para a consolidação verdadeira da Democracia brasileira, uma vez que o conhecimento dos fatos é a base para qualquer estudo que se queira desenvolver. Para que se tenha ideia do contexto em que o país se inseria e onde se fixou após a o regime militar, faz-se necessário compreender o cenário de então.

Em livre narrativa, é possível pensar que o mundo que emergiu do século XIX estava maravilhado com a Revolução Industrial e, ao mesmo tempo e sob muitos aspectos, contido pela rígida moral vigente, em grande parte ditada por um Reino Unido fortalecido economicamente e expansionista. A combinação de moral rígida e desenvolvimento industrial acelerado não foi suficiente para fazer com que as nações se preparassem para o século XX. A noção de exploração econômica de países

conquistados aliava-se ao desenvolvimento industrial, com o fornecimento de matéria-prima e mão de obra com custo baixo, em contraste com o parco desenvolvimento das nações ocupadas.

O historiador britânico Eric Hobsbawm observa que:

Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações (incluindo-se o vasto e crescente fluxo de emigrantes europeus e seus descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial (HOBSBAWN, 1994, p. 16).

Esse despreparo e contrastes conduziram as nações a embates cada vez mais intensos e, muitas vezes, desencadeados por fatos cada vez menores em importância global. Tome-se como exemplo o assassinato do arquiduque e herdeiro do Império Austro-Húngaro, Franz Ferdinand, na Sérvia, utilizado como estopim para a deflagração da primeira etapa daquilo que se pode chamar de Grande Conflito, como hoje entendem vários estudiosos, os dois maiores confrontos armados em que o mundo foi mergulhado no século XX (I e II Grandes Guerras ou I e II Guerras Mundiais).

O mesmo Hobsbawm corrobora a visão de um único e grande conflito mundial, quando assim descreve:

(...) Ambos viam a guerra mundial como o fim de um mundo, e não foram os únicos. Não foi o fim da humanidade, embora houvesse momentos, no curso dos 31 anos de conflito mundial, entre a declaração de guerra austríaca à Sérvia, a 28 de julho de 1914, e a rendição incondicional do Japão, a 14 de agosto de 1945 quatro dias após a explosão da primeira bomba nuclear, em que o fim de considerável proporção da raça humana não pareceu muito distante. Sem dúvida houve momentos em que talvez fosse de esperar-se que o Deus ou os deuses que os humanos pios acreditavam ter criado o mundo e tudo o que nele existe estivessem arrependidos de havê-lo feito. A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século 20 desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram (HOBSBAWN, 1994, p. 30).

Tendo em mente que a primeira metade do século XX foi envolta em um imenso conflito que, além de desperdiçar incontáveis vidas, modificou a postura

global, é preciso prosseguir nos passos da linha de raciocínio de Hobsbawn, quando o autor diz:

Não há como compreender o Breve Século 20 sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos (HOBSBAWN, 1994, p. 30).

Os anos de combate, especialmente em terras europeias, levaram ao surgimento de grandes potências industriais e, mais que isso, tecnológicas. Foi durante a segunda parte do Grande Conflito que inúmeras invenções se materializaram, mudando a forma de se fazer a guerra e, posteriormente, influenciando diretamente as atividades civis e principalmente as econômicas.

O desenvolvimento acelerado de novas tecnologias, inclusive a atômica, possibilitou que o mapa geopolítico fosse redesenhado e projetou o embate ideológico que marcaria toda a segunda metade do século XX: capitalismo X comunismo. Firmou-se, também, a ideia de superpotência com o domínio da tecnologia atômica e seu uso como arma.

Ao final de 1945, com o fim do Grande Conflito, o mundo viu-se literalmente dividido em duas vertentes: de um lado, uma superpotência capitalista, os Estados Unidos, de outro, uma superpotência socialista, a Rússia e suas repúblicas agregadas. O argumento de um era que o capitalismo era a forma ideal de gerir a economia, uma vez que representava a liberdade plena do indivíduo, inclusive com o direito de livre expressão e de fé. De outro, o argumento era que somente o socialismo ateu era capaz de atender as necessidades do proletariado, destruindo as desigualdades sociais.

## **1. CONFRONTO NAS AMÉRICAS**

Com características próprias, a batalha ideológica atravessou o Atlântico e atingiu as Américas.

Na leitura de Hobsbawn, o conflito ideológico atraiu os jovens e esse autor argumenta:

Os jovens que tinham sede de derrubar o capitalismo tornaram-se comunistas ortodoxos, e identificaram sua causa com o movimento internacional centrado em Moscou; e o marxismo, restaurado por

Outubro como a ideologia da mudança revolucionária, significava o marxismo do Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou, que era agora o centro global para disseminação dos grandes textos clássicos. Ninguém mais à vista se oferecia para interpretar o mundo e mudá-lo, nem parecia melhor capacitado para fazer isso. Assim ia continuar até depois de 1956, quando a desintegração da ortodoxia marxista na URSS e do movimento comunista internacional centrado em Moscou trouxe os pensadores, tradições e organizações marginalizados da heterodoxia esquerdista para a esfera pública (HOBBSAWN, 1994, p. 80).

Criou-se, então, um novo cenário mundial, que influenciaria radicalmente o posicionamento das nações e também do Brasil. Esse novo contexto interferiu diretamente nos fatos ocorridos em março de 1964, sendo o pano de fundo para a resistência das classes conservadoras às propostas de reformas apresentadas por João Goulart.

Se, de um lado, os Estados Unidos dominavam o cenário do continente, de outro a União Soviética conquistava simpatizantes no “quintal” de seus antagonistas. Jovens insatisfeitos com velhos padrões político-administrativos em seus países revestiam-se de novos ideais, cada vez mais voltados para a “esquerda”, representada pelo comunismo implantado a ferro e sangue atrás da chamada “Cortina de Ferro”.

A Revolução Cubana é o exemplo da guerra fria na América Latina. O movimento, liderado por Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara, depôs o ditador Fulgêncio Batista em 1º de janeiro de 1959. Os militantes do chamado “Movimento 26 de Julho” substituíram o ditador favorável aos Estados Unidos e que tinha o apoio do governo norte-americano.

O mesmo Hobsbawn escreve a respeito de rebeldes esquerdistas brasileiros:

Depois que tenentes rebeldes brasileiros como Luís Carlos Prestes passaram das caminhadas no sertão para o comunismo em fins da década de 1930, nenhum grupo esquerdista importante escolheu o caminho da guerrilha em outra parte, a menos que contemos a luta do general César Augusto Sandino contra os fuzileiros navais americanos na Nicarágua (1927-1933), que iria inspirar a revolução sandinista cinquenta anos depois (HOBBSAWN, 1994, p. 85).

Ou seja, no Brasil, os movimentos pró União Soviética se manifestavam desde 1930, sendo debelados, em boa parte das vezes, pela ação das forças armadas. Foi

assim com a Coluna Prestes e foi assim com o suposto direcionamento de João Goulart rumo ao comunismo.

A dicotomia da Guerra Fria levou os países a se alinharem com um lado ou outro: os ditos democratas, com os Estados Unidos; aqueles mais favoráveis ao comunismo, com a União Soviética. O Brasil se viu na urgência de um alinhamento e sua necessidade de desenvolvimento fazia o governo inclinar-se para os Estados Unidos – então o mais importante parceiro comercial e também militar –, embora uma parte da população (sindicalistas e estudantes, em especial, além de alguns setores das forças armadas) não escondesse a simpatia por Cuba e sua revolução.

Nesse clima de disputa entre as superpotências, com a guerra nuclear sempre por um fio, o Brasil acabou desempenhando seu papel: foi um dos participantes na negociação que pôs fim à crise dos mísseis (entre EUA e a então URSS, tendo Cuba como cenário), chegando mesmo a ter um representante em Cuba durante o incidente, agindo em favor do entendimento entre as superpotências, segundo documentos revelados em 2012 pelo *National Security Archive* dos EUA.

A partir desse enterevo, os Estados Unidos passaram a estimular a resistência ao avanço do regime comunista nas Américas, oferecendo ajuda de inteligência e treinamento militar aos demais países.

Foi assim que, em 1964, o Brasil sofreu o primeiro golpe militar importante na América do Sul. Em 1966, na Argentina, sob a liderança do general Juan Carlos Onganía, os militares tentaram tomar o poder, mas esse golpe, na verdade, só se consumaria em 1976, com a derrubada da então presidente Isabel Perón.

Em 1973, foi a vez do Chile com a deposição e morte de Salvador Allende em 11 de setembro. O general Augusto Pinochet assumiu o poder e, durante a década de 1970, os três principais países do continente sul-americano se encontravam sob regime militar, de predominância católica e anticomunistas, todos caracterizados pela violenta repressão aos direitos civis e perseguição política.

A maioria dos veículos de comunicação acompanhou a evolução dos golpes e dos regimes por eles implantados e no Brasil não foi diferente.

Essa cobertura é coerente com o resgate da memória nacional, uma vez que, cientificamente, os veículos de comunicação são considerados importantes fontes de informação e conhecimento sobre questões políticas, econômicas e sociais pela

população brasileira. Desta forma, também se pode afirmar que os veículos de comunicação se firmam como fontes de manutenção e levantamento da memória coletiva brasileira, como observado por Maurice Halbwachs:

Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras. (...) Se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais. Tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos. É porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo (HALBWACHS, 1990, p. 16).

Em outras palavras, os veículos de comunicação são receptáculo da memória de incontáveis participantes dos conflitos verificados ao longo dos 21 anos do regime de exceção, seja para o “bem”, seja para o “mal”, seja para registrar os atos oficiais do regime, veicular sua propaganda oficial, levar ao público sua filosofia de governo (como alguns grandes jornais, como O Globo), seja para registrar os atos de resistência ao regime, guardar fatos relativos a essa resistência, registrar os fatos através de outro olhar que não apenas o oficial (como jornais “alternativos”, na maioria, clandestinos, como Ex e Opinião).

Pode-se dizer que o mesmo acontece agora, com a crise em larga escala que abala o governo de Dilma Rousseff: são os veículos de comunicação em massa – em especial jornais e revistas de circulação nacional – os responsáveis pelo registro dos fatos investigados e por revelar ao grande público as descobertas feitas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, além de formular hipóteses sobre o envolvimento de políticos ou figuras de destaque nacional em escândalos de corrupção e desvio de dinheiro de empresas públicas, a princípio para oferecer sustentação aos governos comandados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), responsável pela condução do país desde 2003. Como contraponto, ao invés de publicações clandestinas, tem-se as publicações partidárias com ampla circulação entre filiados aos mais diversos partidos.

O papel do discurso dos veículos de comunicação em escala massiva, na reconstrução dos acontecimentos ao longo do regime militar, está inserido no resgate da memória coletiva. É através da produção jornalística gerada pelos veículos de

comunicação, da época e de agora, que se pode resgatar a história e reconstruir fatos que influenciam diretamente aquilo que é hoje a sociedade brasileira. Essa memória é fonte do entendimento para os fatos atuais.

O pesquisador Israel de Sá escreve:

A produção de memórias e a construção da História estão inscritas nas redes de poder que possibilitam dizeres e estabelecem silenciamentos na produção de sentidos de uma determinada época como também de uma determinada cultura – daí pensar que as cronologias não são estanques nem homogêneas, que o retrato das condições de produção não se reduz somente ao contexto e ao tempo. O poder/querer dizer reflete aspectos do pensamento político e da política e abre espaços para a formação da memória (SÁ, 2012, p. 480).

Hoje, persiste a necessidade de reunir as lembranças ainda esparsas e construir um quadro mais completo da História, até para se alcançar uma maior compreensão do momento presente.

O mesmo Sá realça:

Está claro, pela maneira como o tema é (re)tomado no Brasil, que a memória da ditadura militar brasileira está formada na opacidade regida pelas produções marginais, quase sempre de materiais da esquerda, uma vez que os órgãos oficiais insistem no apagamento do passado pela não (ou pouca) divulgação de documentos oficiais do regime e ainda se sustentam na Lei de Anistia instituída naquele momento de repressão, em 1979, para não julgar os casos de tortura tão comuns à ditadura (SÁ, 2012, pp. 480-481).

Quando Sá expressou tal pensamento, se começava a ter acesso bem mais amplo ao material produzido àquela época, o que hoje nos permite formar um quadro mais nítido do que foi vivenciado pelo povo brasileiro. É a memória sendo reconstruída paulatinamente, na medida em que novos dados são apresentados ao grande público.

A professora Flávia Biroli salienta a importância do acontecimento para o cenário nacional da atualidade:

Não consideramos que 1964 seja um evento que, por si só, funda uma temporalidade. Consideramos, no entanto, que é um evento-chave na construção de sentidos para as últimas décadas e para a atualidade política, participando da composição da temporalidade que orienta o fazer e o representar social e político (BIROLI, 2009, p. 271).

Há que se lembrar, ainda, o que Ana Horta (2009) diz, ao ressaltar a contribuição da imprensa para a construção da memória coletiva e da memória social:

O conceito de memória social supõe a existência de formas de mediação das representações do passado, pelo que a relevância dos *media* no processo de construção e reconstrução da memória social prende-se com o facto de estes constituírem a principal via através da qual a maior parte das pessoas adquire conhecimento sobre o passado (HORTA, 2009, p. 12).

Para Horta, os meios de comunicação são responsáveis pela ‘construção social da realidade’, uma vez que são eles a fazer a associação da realidade com o conjunto de sinais que serão traduzidos pelo receptor de sua mensagem. Como essa autora ressalta: “Os significados acumulados na linguagem conduzem a uma classificação dos diversos elementos da realidade em esquemas com significado para todos os membros da comunidade” (HORTA, 2009, p. 13).

Desta forma, podemos dizer que a imprensa, em sua relação com o golpe militar de 1964, contribuiu para criar uma nova memória, interferindo no meio social em que circulou.

Por sua vez, Myrian Sepúlveda dos Santos (2003) observa que:

(...) A memória, nesse caso, é associada à percepção de pertencimento a um mundo que engloba e constitui os indivíduos. Mais do que isso, a memória é vista como um atributo que permite ao homem a percepção de sua finitude. Temos, portanto, dentre os valores mais caros associados ao ser humano, a memória. A sua preservação tem sido vinculada à condição humana no que ela tem de mais forte e consistente e que pode ser usado na defesa da justiça e liberdade (SANTOS, 2003, pp. 17-18).

Já Luís Carlos Lopes (2002) faz a seguinte consideração sobre a matéria-prima dos estudos de memória midiática:

O que chamamos de artefatos de memória seriam informações contendo algumas significações (implícitas e explícitas) possíveis de serem detectadas como marcas/vestígios, em emissões das mídias nos gêneros de ficção, humorismo e jornalísticos, em especial, os que enfocam temas específicos de natureza histórica e social. Estas significações, presentes nestes discursos, basear-se-iam em fatos e processos identificáveis como ‘históricos’. A produção de artefatos de memória é compreendida como a construção de representações latentes no universo das mídias mais influentes. Não que as menos influentes não possam também construí-los.

Entretanto, acredita-se que a televisão, os jornais e as revistas socialmente visíveis são fundamentais no mundo presente na representação de determinados aspectos retrospectivos da vida social brasileira (LOPES, 2002, p. 2).

Os 51 anos que separam os diferentes posicionamentos da grande imprensa brasileira podem conter as razões da mudança de postura desses veículos em relação ao golpe militar.

E Santos (2003), por sua vez, destaca:

A memória, percepção do “agora” que se situa entre o passado e presente, seria a forma de experiência que tornaria possível a ação individual responsável, aquela que tem por finalidade a defesa do bem comum. (...)

É uma memória a um só tempo individual e coletiva, e que pode ser percebida entre indivíduos, considerados sujeitos do conhecimento e da ação política (SANTOS, 2003, p. 20).

Para Biroli (2009), é importante observar os movimentos sociais e as transformações que acarretam. Diz a autora:

No processo histórico em que se estabelece a contestação da submissão da moral privada à autoridade do Estado, colocando em questão a divisão entre homem e cidadão que caracterizou o período absolutista, ganham relevância as noções de crítica, julgamento e opinião. A crítica se estabelece como o movimento da moral privada em direção à esfera pública, constituindo, paulatinamente, a legitimidade do ato de julgar as decisões do Estado. Dos súditos, cuja liberdade consistia na manutenção de seus julgamentos e valores em sigilo, passa-se ao cidadão como o portador dos valores que definem a autoridade pública (BIROLI, 2009, p. 272).

## **2. PARA ENTENDER AS DITADURAS**

Para se promover uma reflexão sobre a construção do discurso jornalístico elaborado pelos meios de comunicação de massa sobre o golpe de 1964 e o regime militar, é preciso lembrar o que diz Sá sobre a ausência de memória sobre este período da história:

(...) no Brasil, há uma produção da memória no discurso que figura entre o democrático (a possibilidade de “dizer tudo”) e o silêncio (que evidencia, neste caso, o dizer à margem) – no Brasil, os projetos de constituição de espaços de memória ainda são incipientes e de pouca visibilidade. (SÁ, 2012, p. 483).

Diz Halbwachs:

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros (HALBWACHS, 1990, p. 18).

Tome-se o pensamento de Halbwachs no sentido de que é preciso “não perder o poder de pensar”, não permitindo que os fatos históricos se percam e que a sua lembrança seja vista de acordo com possíveis conveniências – sejam quais forem e de quem forem. Mais uma vez, entender o passado nos possibilita uma visão mais clara dos acontecimentos atuais, especialmente se levarmos em consideração o apelo citado no começo do presente artigo, para que haja a “intervenção militar constitucional”.

Tem-se, por definição, que ditadura é o regime de governo oposto à democracia, em que as liberdades individuais são cerceadas, o uso da força para reprimir opositores é frequente e as funções de Legislativo, Executivo e Judiciário são exercidas por uma só pessoa ou um grupo de pessoas.

Em “A Política”, o filósofo grego Aristóteles sentencia:

Vemos, assim, claramente que o poder “despótico” e o governo político são, apesar da opinião de alguns, coisas muito diferentes. Um só existe para os escravos; o outro existe para as pessoas que a natureza honrou com a liberdade. O governo doméstico é uma espécie de monarquia: toda casa se governa por uma só pessoa; o governo civil, pelo contrário, pertence a todos os que são livres e iguais.

Aristóteles considera, então, que há diferentes maneiras de se conduzir na sociedade em que o indivíduo está inserido. Especialmente quando o indivíduo exerce alguma função ou cargo de poder. A partir de tal pensamento, se torna possível dizer que é essencial estabelecer os limites entre governo democrático e ditadura (em suas mais variadas formas). Só a partir do estabelecimento de tais diferenças será possível

entender o regime instalado no Brasil, em 1964 (ditadura militar, ditadura civil-militar etc.), a maneira como aquele regime foi apresentado à população e o modo como ele foi revisitado 50 anos após o golpe e, ainda, as semelhanças com o momento atual.

Para que se estabeleça, então, tais diferenças, podemos citar Daniel Trevisan Sanways, que escreve, citando Neuman:

Tendo como base o conceito levantado por Franz Neuman, entende-se por ditadura “o governo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que se arrogam o poder e o monopolizam, exercendo-o sem restrições”.

(...) As análises de Neuman, formuladas na década de cinquenta, não abarcavam, por certo, as ditaduras militares ocorridas na América Latina a partir da década seguinte, as quais têm, cada uma, sua especificidade. Mas pode-se afirmar que, nesses casos, houve um aumento de poder dos aparelhos de coação, como a polícia, bem como a tentativa de uma intervenção maior e um controle da educação, dos meios de comunicação e das instituições econômicas (NEUMAN, 1969 apud SANWAYS, 2011, p. 101).

Esta importante observação de Neuman, citada por Sanways, mostra que os movimentos militares havidos na América Latina são semelhantes àquele verificado no Brasil, especificamente, quando militares investiram-se de poderes ilimitados sobre os civis, determinando, muitas vezes, vida e morte daqueles que se aliavam ou combatiam o regime por eles arquitetado.

Sanways prossegue em sua análise:

(...) Temos então, com as diferentes formas de ditadura, uma intervenção na vida da população, seja com o seu controle e vigilância permanentes, seja com a eliminação ou o silenciamento daqueles vistos como a degeneração da sociedade.

(...) Surge então uma biopolítica da espécie humana. (...) Se de um lado, esta biopolítica visava à melhoria da sociedade, de outro visava eliminar dela aquilo que pudesse trazer perigos a sua ordem. Por certo, este novo modo de governar não elimina por completo a vontade soberana (SANWAYS, 2011, p. 101).

O quadro que se desenha a partir dessas observações comungadas com Sanways é aquele que mais se assemelha ao regime de exceção implantado no Brasil. E se complementa com esta outra afirmação do mesmo autor:

Se de um lado o governo estava preocupado com sua população e com o seu desenvolvimento, de outro não se pode afirmar que o direito soberano foi eliminado, mantendo este direito

de fazer morrer. E é neste ato de “fazer morrer” que se inscrevem as ditaduras e os regimes autoritários (SANWAYS, 2011, p. 101).

O filósofo e professor Norberto Bobbio faz a seguinte observação: “As formas boas são aquelas em que o governo não se baseia na violência, e sim no consentimento ou na vontade dos cidadãos; onde ele atua de acordo com leis estabelecidas, e não arbitrariamente” (BOBBIO, 1980, p. 54).

Outra questão que se apresenta é a definição filosófica de ditadura e suas implicações para a sociedade onde ela se instala.

Para tal análise, pode-se lançar mão do pensamento do historiador e filósofo Gilberto Cotrim:

#### DITADURA: CONCENTRAÇÃO DO PODER POLÍTICO

**Ditadura** é uma palavra de origem latina, derivada de *dictare*, “ditar ordens”. Na antiga república romana, ditador era o magistrado que detinha temporariamente plenos poderes, após ser eleito para enfrentar situações excepcionais, como, por exemplo, os casos de guerra. Seu mandato era limitado a seis meses, embora houvesse a possibilidade de renovação, dependendo da gravidade das circunstâncias.

Comparado com suas origens históricas, o conceito de ditadura conservou apenas esse caráter de poder excepcional, concentrado nas mãos do governo (COTRIM, 2002, p. 308).

A partir deste conceito-base, Cotrim nos permite compartilhar definições que auxiliam no entendimento dos discursos proferidos à época do golpe de 1964, durante o regime militar e até mesmo os governos havidos após a redemocratização. Tais definições são:

Atualmente, um Estado costuma ser considerado ditatorial quando apresenta as seguintes características:

- **Eliminação da participação popular nas decisões políticas** – O povo não tem nenhuma participação no processo de escolha dos ocupantes do poder político. Não existem eleições periódicas (ou, quando existem, são eleições fraudulentas) e são proibidas as manifestações públicas de caráter político.
- **Concentração do poder político** – O poder político fica centralizado nas mãos de um único governante (ditadura pessoal) ou de um órgão colegiado de governo (ditadura colegiada). Geralmente, o ditador é membro do poder executivo. O poder legislativo e o poder judiciário são aniquilados ou bastante enfraquecidos.
- **Inexistência do estado de direito** – O poder ditatorial é exercido sem limitação jurídica. As leis só valem para a sociedade. O ditador está acima das leis. E, nessa condição, costuma desrespeitar todos os direitos fundamentais do cidadão, principalmente o direito de livre expressão e a liberdade de

associação política.

- **Fortalecimento dos órgãos de repressão** – As ditaduras montam um forte mecanismo de repressão policial destinado a perseguir brutalmente todos os cidadãos considerados adversários da ditadura. Esses órgãos de repressão espalham pânico na sociedade, implantam um verdadeiro terrorismo de Estado, utilizando terríveis métodos de tortura e de morte.
- **Controle dos meios de comunicação de massa** – As ditaduras procuram controlar todos os meios de comunicação de massa, como programas de rádio e de televisão, espetáculos de teatro, filmes exibidos pelo cinema, jornais e revistas etc. Monta-se um departamento autoritário de censura oficial destinado a proibir tudo aquilo que é considerado contra o governo. Somente são aprovadas as mensagens públicas julgadas favoráveis ao governo ditatorial (COTRIM, 2002, p. 308).

### 3. UM BRASIL EM CONVULSÃO

O Brasil da primeira metade do século XX estava em ebulição. Voltado para os ideais capitalistas (se assim se pode definir), vivenciava os impasses de uma industrialização feita com base na exploração desmedida da força de trabalho. Em 1922, quando Arthur Bernardes chegou à Presidência da República, o país via seus sindicatos legalizados negociarem ganhos reais para os trabalhadores, em termos de salários mais justos, jornada de trabalho menos escravizadora e melhores condições de exercício das funções.

O surgimento e o posterior crescimento do Partido Comunista do Brasil enfraqueceram esse movimento. A desaceleração do ritmo da produção e o aumento das importações fizeram com que setores do empresariado retrocedessem no apoio (ainda que relativo) às reivindicações trabalhistas e sociais.

Sobre isso escreveu Marco Aurélio Santana:

A disputa no interior da esfera sindical se dava, de forma mais relevante, entre dois blocos. De um lado, o autodenominado bloco “combativo”, formado pelos sindicalistas ditos “autênticos” — reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, aos quais se agregavam sindicalistas de diversas categorias e partes do país — e pelas chamadas Oposições Sindicais. O segundo bloco, a Unidade Sindical, agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitas vinculadas aos setores denominados “pelegos”, e os militantes de setores da chamada “esquerda tradicional”, que incluía o PCB, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) (SANTANA, 1999, p. 104).

A questão sindical influenciou o momento em que o golpe se deu. As disputas internas do movimento levaram também ao racha no apoio ao governo de João Goulart, minimizando ainda mais suas chances de resistir ao golpe. Assim, o quadro que se desenhava já na chamada Era Vargas iria influenciar o quadro montado em 1964.

O crescimento do movimento comunista deu-se na exata proporção do crescimento operário e também na exata proporção do crescimento de tais correntes, cresceu a repressão. Nesse cenário inicial, Getúlio Vargas assumiu a condução do Estado em duas ocasiões.

A primeira, através de golpe militar, em 1930, depois que Getúlio foi derrotado por Júlio Prestes nas eleições presidenciais. Em 1937, Vargas promoveu, também pela força das armas, a implantação do chamado Estado Novo, um período ditatorial que durou até 1945, apoiado em círculos civis e militares, que lhe deram sustentação.

A segunda, em 1950, trouxe Vargas de volta do exílio a que fora condenado com sua deposição, ao final do Estado Novo, em 1945. Vargas liderou uma campanha vitoriosa, com ampla adesão da população, mas com a forte e virulenta resistência do jornalista Carlos Lacerda. O embate, com o gradual enfraquecimento de Vargas, durou até 24 de agosto de 1954, quando, pressionado para que renunciasse ao cargo de presidente, Getúlio preferiu o suicídio.

Vargas foi um grande repressor, de tendências populistas e fascistas, segundo alguns historiadores, mas deixou um importante legado para o Estado brasileiro, incluindo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o salário-mínimo, a semana de 48 horas de trabalho, férias remuneradas, a carteira profissional, a Justiça do Trabalho, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Em 1954, com o lema de campanha de “50 anos em 5”, prometendo promover a modernização do parque produtivo, em especial a industrialização do país, *Juscelino Kubitschek (JK)* também abraçou o projeto de transferir a capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, com o simbolismo de ter a capital no coração geográfico do país.

JK inaugurou Brasília em 21 de abril de 1960 e, ao final de seu governo, em 1961, legou ao país um patrimônio arquitetônico-cultural da Humanidade (a nova capital federal) e também um novo parque industrial, com a vinda das grandes montadoras de automóveis para o país e um volume de ofertas de emprego poucas vezes visto no país.

Durante a campanha eleitoral de 1960, o fenômeno Jânio Quadros ganhou a simpatia dos eleitores de todo o país, com o lema de “vamos varrer a corrupção do país”, a imagem de uma vassoura e uma contagiante marchinha como *jingle* de campanha.

Eleito presidente, com João Goulart vice (as eleições para os dois cargos, então, eram independentes), Jânio, em seu discurso de campanha, prometia moralizar a política nacional e adotou medidas impopulares e algumas até mesmo folclóricas, com destaque para o congelamento dos salários, restrição ao crédito, desvalorização da moeda (então o “cruzeiro”) em 100% e até a proibição do uso de biquínis nas praias brasileiras.

Sobre esse período específico, o professor Daniel Aarão Reis Filho escreveu:

(...) Jânio, líder carismático por excelência, soube encarnar esses anseios pelo novo, tão próprios da cultura política brasileira. Com uma vassoura, símbolo da campanha eleitoral, saberia varrer as dificuldades e os problemas. Elegendo-se com quase 6 milhões de votos (cerca de 48% dos votantes), assumiu o poder com força considerável, alimentando as expectativas de um novo começo.

Mas o governo, iniciado em janeiro de 1961, cedo pareceu uma potência que não se realizava, como se fosse um bólido que não conseguisse arrancar. A política econômica, na linha da ortodoxia monetarista, desagradava o setor industrial acostumado ao crédito fácil, sem conseguir segurar a inflação. A política externa independente irritava os setores conservadores sem angariar os apoios das esquerdas, desprezadas por Jânio. Quanto aos trabalhadores, frente à inflação crescente, recebiam promessas de austeridade... Enquanto isso, as reformas vagamente anunciadas e tão desejadas não se concretizavam, nem mesmo na forma de projetos consistentes (REIS FILHO, 2000, p. 20).

O relato de Reis Filho mostra o quadro social que se estabeleceu, com a ruptura do entendimento não apenas entre entidades sindicais, mas também entre as classes sociais. Foi esse quadro instável que levou ao plano dos militares de tomarem o poder.

Com forte rejeição de todos os segmentos da sociedade, Jânio Quadros anunciou sua renúncia em 25 de agosto de 1961, legando o cargo de presidente a João Goulart (Jango) e abrindo o caminho para o agravamento da crise social que resultaria no golpe militar.

#### **4. A MARCHA QUE ESMAGOU A DEMOCRACIA**

A chegada de Jango à Presidência da República sofreu uma tentativa de impedimento. Ele estava em visita à China quando Jânio renunciou e os ministros militares tentaram impedir sua posse, alegando que Jango era comunista, em virtude de sua passagem pelo Ministério do Trabalho, no final do governo Vargas, quando assinou vários decretos favorecendo a previdência, o que o fez visto como um ministro “peronista”. Essa associação com os movimentos comunistas e com o Partido Comunista Brasileiro, embora fosse alinhado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), levou os ministros militares a darem posse ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, como novo titular da Presidência da República.

Reis Filho observou que “(...) A nação, durante quase duas semanas, esteve à beira da guerra civil e do caos. Os ministros militares tentaram impedir a posse do vice-presidente eleito, João Goulart, o Jango, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)” (REIS FILHO, 2000, p. 21).

A reação contrária, com a exigência de que Jango fosse empossado como presidente, veio do Rio Grande do Sul, então governado por Leonel Brizola, e do III Exército, baseado também no Rio Grande do Sul e comandado pelo general Machado Lopes. Mauro Borges, governador de Goiás, e Nei Braga, governador do Paraná, aderiram ao movimento e levaram consigo vários parlamentares, que criaram a resistência dentro do Congresso Nacional.

O impasse político-militar que se estabeleceu provocou, também, reflexos na imprensa. E só foi solucionado quando o Congresso apresentou uma solução conciliatória: a aprovação do sistema parlamentarista, com Jango empossado presidente e um primeiro-ministro à frente do governo. O parlamentarismo foi aprovado em 2 de setembro de 1961 e Tancredo Neves assumiu o cargo de primeiro-ministro. Em julho de

1962, Tancredo desligou-se do cargo, sendo sucedido por breves períodos por Brochado da Rocha e Hermes Lima. Em janeiro de 1963, em meio à forte crise econômica (provocada pelo fracasso do plano idealizado por Celso Furtado), o sistema foi rejeitado em plebiscito, o que devolveu plenos poderes a Goulart.

O professor Rafael Moraes, faz a seguinte observação:

O governo João Goulart iniciou-se, como visto, sob uma improvisação legislativa que lhe tolhia grande parte de seus poderes constitucionais. Ao aceitar a manobra parlamentarista, o presidente, contrariando a ala mais radical de seu grupo político, consentiu com a instituição de uma administração de “União Nacional”. Foi com este espírito que se formou o primeiro gabinete parlamentarista encabeçado pelo deputado do Partido Social Democrata (PSD) mineiro, Tancredo Neves. (MORAES, 2012, p. 4).

Enquanto isso, os oficiais menos graduados das Forças Armadas manifestavam cada vez mais inquietação e inconformismo, especialmente com o fato de não poderem se candidatar nas eleições. A participação política desses militares crescia e seu auge foi atingido quando explodiu a manifestação contra a negativa, por parte do Supremo Tribunal Federal, da elegibilidade de sargentos para o Legislativo. Estava formado o quadro de insatisfação que conduziria ao golpe, já que o plano trienal apresentado por Jango fora rejeitado pelo Congresso Nacional. A combinação de insatisfação civil e da revolta das bases militares era o fator que faltava para a total instabilidade do governo.

Ao analisar o quadro então vigente, o professor e historiador Caio Navarro de Toledo diz:

(...) No pré-64, outras reivindicações políticas visavam o alargamento da democracia liberal vigente no país: entre elas, o direito de voto aos analfabetos, o direito dos setores subalternos das forças armadas de postularem cargos eletivos (a carta de 46 lhes vedava esse direito) e a legalidade do Partido Comunista Brasileiro, posto fora da lei desde 1947. (TOLEDO, 2004, p. 21).

É inevitável aceitar que o quadro apontado por Toledo como “(...) séria deformação da democracia política no país” era caótico. Sem conseguir apoio político que respaldasse suas propostas de reforma de base, sem apoio considerável de que lado fosse (civil ou militar), parece certo que Goulart não conseguiria manter-se na Presidência.

O mesmo Toledo observa:

Tão logo se esboçou o fracasso do plano – antes mesmo da conclusão do primeiro semestre de 1963 –, o governo Goulart passou a empunhar de forma mais enérgica a bandeira das reformas de base (agrária, bancária, fiscal, eleitoral etc.). Como reconhecia o Plano, as reformas eram indispensáveis a fim de que o capitalismo industrial brasileiro pudesse alcançar um novo patamar de desenvolvimento. Concomitantemente, os setores da esquerda nacionalista erigiam as reformas como condições indispensáveis à ampliação e fortalecimento da democracia política no país (TOLEDO, 2004, p. 3).

O fracasso do plano trienal em seu nascedouro, a movimentação das bases militares e a crise econômica levaram aos militares de alta patente a certeza de que haveria um movimento de esquerda entre militares de baixo escalão, visando um golpe de Estado. Mais uma vez, Carlos Lacerda contribuiu para a exasperação do ânimo das altas patentes militares, ao conceder uma entrevista ao jornal Los Angeles Times criticando não apenas Goulart, mas, também, os chefes militares.

Goulart, por sua vez, buscou apoio popular, participando de manifestações de rua em favor das reformas que propunha. A principal delas aconteceu em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, quando fez um discurso defendendo as reformas de base e anunciando ter assinado dois decretos: um estatizando as refinarias de petróleo privadas; outro desapropriando as terras às margens de rodovias e ferrovias federais.

Uma semana depois, no dia 19 de março, em São Paulo, aconteceu a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” - uma reação conservadora contra as propostas apresentadas por Jango. A ideia era mobilizar a opinião pública contra o governo de Goulart e impedir que o então presidente transformasse o governo em um “regime totalitário comunista”, a exemplo de Cuba.

Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira analisam:

Como resposta ao comício a favor das “Reformas de Base” diante da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964 para uma multidão de cerca de 200 mil pessoas, em 19 de março 500 mil desfilaram da Praça da República à Praça da Sé em São Paulo na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. A manifestação terminou “com uma missa ‘pela salvação da democracia’. Durante o trajeto foi distribuído o *Manifesto ao povo do Brasil*, convocando a população a reagir contra Goulart” (CODATO; OLIVEIRA, 2004, pp.

273-274).

Aqui, é conveniente lembrar que órgãos de imprensa apoiaram abertamente a realização da citada marcha, dando-lhe manchete ou destaque considerável em suas páginas e ressaltando, sempre que possível, a “representatividade” daqueles que aderiam a tais atos públicos. Como os mesmos Codato e Oliveira frisam:

(...) Precisamente, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram atos públicos organizados por setores católicos da classe média urbana — e impulsionados por políticos conservadores (a Ação Democrática Parlamentar, em primeiro lugar), pela elite empresarial (reunida no IPES) e pelos movimentos femininos — que reuniram milhares de pessoas às vésperas do 31 de março nas principais cidades brasileiras. Condenavam genericamente a política “populista” (isto é, “a demagogia, a desordem e a corrupção”) e o “comunismo” (seja seu caráter “materialista e ateu”, seja o risco que o “totalitarismo” poderia representar à propriedade privada e à democracia). Fazendo eco ao clima de guerra fria, comunismo e populismo eram considerados posturas simetricamente “antidemocráticas” (CODATO; OLIVEIRA, 2004, pp. 273-274).

Há que se registrar o que pode ser considerado como incoerência de tais movimentos: as Marchas defendiam bandeiras difusas, que abraçavam diversos medos das classes sociais dominantes. Seus participantes marchavam contra o comunismo, sob a genérica alegação de que ele “esmagava o indivíduo” e tirava a liberdade do cidadão. Mas a liberdade defendida era bastante restrita, significando, em sua essência, o direito à propriedade privada – coisa que os mais conservadores julgavam ameaçada no governo de Goulart. Também pretendiam defender a liberdade de expressão e a liberdade religiosa, mas há que se perguntar qual o grau de liberdade defendiam, uma vez que a organização dessas Marchas era diretamente exercida e influenciada pela Igreja Católica, sem que haja registro de participação de outras manifestações de fé.

Como consequência, no dia 20 de março, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, expediu uma circular reservada aos oficiais de sua Força, advertindo sobre os perigos do comunismo que rondavam o país.

Novamente no intervalo de uma semana, no dia 28 de março, marinheiros e fuzileiros navais rebelaram-se no Rio de Janeiro. Contidos os insurretos, os oficiais

graduados da Marinha exigiram do presidente a punição aos que participaram do movimento. Jango se recusou a puni-los.

Por sua vez, o professor Jorge Ferreira (2009), diz:

Desde a posse de João Goulart até fins de 1963, a conspiração direitista contra ele era, na definição de Rodrigo Sá Motta, “confabulações de grupos radicais à margem do processo político” (MOTTA, 2002 apud FERREIRA, 2009, p. 33). Para o autor, foi somente no início de 1964 que a “coalizão conservadora, majoritariamente, inclinou-se pela ruptura institucional”. (...) Em fins do mesmo mês, as condições para a deposição do presidente estavam postas. “Faltava apenas a fagulha, o elemento para detonar o mecanismo golpista e empurrar à ação os que ainda hesitavam ante a hipótese de rompimento institucional” (MOTTA, 2002, apud FERREIRA, 2009, p. 33). O episódio foi a revolta dos marinheiros e fuzileiros navais, cuja Associação integrava a FMP (FERREIRA, 2009, p. 33).

Quase que ingenuamente, Jango contribuiu para a quebra da hierarquia militar, o que selaria seu destino à Frente da Presidência: o presidente substituiu o ministro da Marinha e anistiou os rebelados, como conta Ferreira:

(...) Em negociação com o CGT, Goulart nomeou o novo ministro da Marinha. Os marinheiros se entregaram ao Exército e foram anistiados pelo governo. Para amplos setores militares e civis, o que estava em curso no país era um processo revolucionário em estágio avançado, sobretudo com a desmoralização da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. João Goulart e as esquerdas que compunham a Frente de Mobilização Popular não perceberam a gravidade daquele episódio (FERREIRA, 2009, p. 33).

O que se depreende do material publicado na época (1964) e aquilo que os estudiosos, pesquisadores e os que viveram aqueles momentos relatam, é que Goulart realmente não se deu conta da gravidade da situação que o cercava. Se acaso teve noção da complexidade do quadro sociopolítico, guardou-a para si.

Elio Gaspari (2002) escreveu:

O cônsul americano em Belo Horizonte, Herbert Okun, estivera com Magalhães no palácio da Liberdade a pretexto de convidá-lo para um concerto sinfônico. O governador falara em “reação” caso Jango não punisse os marinheiros rebelados, mas o que mais impressionou o jovem diplomata foi ver a sede do governo mineiro superprotegida, com PMs armados de submetralhadoras nos corredores do casarão (GASPARI, 2002, p. 58).

De tal observação, depreende-se que o clima pró-golpe estava instalado mesmo entre civis de “alto escalão”, como o governador de Minas Gerais.

No dia 30 de março, o presidente participou como convidado de honra da festa promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, na sede do Automóvel Clube do Brasil, onde acabou por fazer um violento discurso, denunciando uma campanha sistemática contra seu governo. Foi o estopim para que o descontentamento dos militares e a insatisfação de vários segmentos civis se transformassem em golpe de Estado. Para grande parte dos órgãos de imprensa que acompanharam o desenrolar dos fatos, a quebra de hierarquia militar e o discurso de Jango foram seu último ato como presidente.

Militares pró-Jango ainda tentaram evitar que a notícia da queda do presidente se espalhasse e invadiram, em 31 de março, os jornais O Globo, a Tribuna, o Diário de Notícias e o Jornal do Brasil, que apoiavam o golpe. Nos dias que antecederam o golpe, O Globo publicou vários editoriais e reportagens dando conta da mobilização social contra o governo e dando voz aos militares insatisfeitos com Jango.

A tentativa do Almirante Aragão e demais apoiadores de Goulart era a de refrear a notícia e organizar a resistência, como desejava Leonel Brizola. Mas a iniciativa de “empastelar” redações e impedir a circulação dos jornais pró-golpe não surtiu efeito. Outros veículos, como o Correio da Manhã, estamparam em suas capas a incapacidade de João Goulart permanecer na Presidência. Como lembrou o jornalista Ricardo Noblat:

Na noite de 31 de março de 1964, por sinal, O GLOBO foi invadido por fuzileiros navais comandados pelo Almirante Cândido Aragão, do “dispositivo militar” de Jango, como se dizia na época. O jornal não pôde circular em 1º de abril. Sairia no dia seguinte, 2, quinta-feira, com o editorial impedido de ser impresso pelo almirante, “A decisão da Pátria”. Na primeira página, um novo editorial: “Ressurge a Democracia” (NOBLAT, 2013).

A invasão das redações foi o ato final da resistência esboçada pelos seguidores de Jango. A partir dela, o que se desenhava era apenas o confronto – e o confronto armado, a guerra civil, era tudo o que Goulart não queria. E era o que os Estados Unidos, na verdade, acreditavam que aconteceria e para o que se haviam preparado e

também programado a ajuda necessária para aqueles que pretendiam derrubar o governo de Jango.

## 5. ÀS PORTAS DA GUERRA CIVIL

Com o agravamento da situação interna brasileira, o governo dos Estados Unidos se mobilizou para auxiliar os militares a garantirem que o país não se alinhasse à União Soviética. A chamada Operação Brother Sam foi desencadeada e forneceu auxílio logístico da *Central Intelligence Agency* (CIA) e da Marinha norte-americana aos militares brasileiros favoráveis ao golpe, com o envio de porta-aviões, armas, munições e veículos de guerra para o país.

A preocupação norte-americana com os rumos políticos do Brasil era anterior à crise na Marinha. A pressão econômica que Washington exercia sobre o país se fez sentir no ponto mais vulnerável: as dificuldades financeiras do governo brasileiro para alavancar o crescimento econômico e diminuir as pressões sociais.

Mais que apoiar simplesmente um movimento militar que destituísse o governo titubeante de Jânio Quadros ou o governo enfraquecido de Goulart, os norte-americanos agiram diretamente para a instalação de um regime militar no Brasil. Utilizando o registro feito por Mário Rapoport e Rubén Laufer (2000), temos a seguinte descrição dos fatos:

(...) Até o final de 1963, o Departamento de Estado sistematizou sua ingerência na situação interna brasileira para provocar a derrubada de Goulart. Segundo o embaixador Gordon, a preocupação norte-americana era que o “autoritarismo esquerdista” de Goulart pudesse provocar “um golpe mais radical e provavelmente dirigido pelos comunistas contra Goulart”.

(...) Realista ou não, esta perspectiva precipitou uma sucessão de ações da diplomacia e da inteligência norte-americanas dirigidas a acelerar e orientar a solução golpista. Pontos decisivos neste rumo foram a designação como agregado militar da Embaixada em Brasília do General Vernon Walters, velho amigo pessoal do Marechal Humberto Castelo Branco, e o envio do emissário da CIA, Dan Mitrione, que recebeu como encargo a organização do contrabando de armas destinadas à formação de grupos paramilitares golpistas. (RAPOPORT; LAUFER, 2000, pp. 74-75)

Em 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar (sediada em Juiz de Fora/MG), colocou suas tropas em movimento, em direção ao Rio de Janeiro, com ordens para ocupar a capital federal e depor o presidente. No Rio, Jango recebeu um manifesto que exigia sua renúncia. Enquanto isso, os partidos aliados ao presidente, que sustentavam seu governo, optaram por aguardar a “evolução dos acontecimentos”, o que minou qualquer possibilidade de resistência ao golpe em marcha. Jango foi então para Brasília e, em 1º de abril de 1964, deixou a capital federal e foi para Porto Alegre (RS). Os militares, por sua vez, tomaram as principais cidades brasileiras, com blindados, viaturas e carros de combate ocupando as ruas.

Em Porto Alegre, Jango rejeitou a proposta de Leonel Brizola de formar uma resistência armada, com o apoio de uma ala das Forças Armadas, e resistir ao golpe. Rumou então para o Uruguai, na condição de exilado político.

No dia 2 de abril de 1964, o Senado declarou vaga a Presidência da República e empossou Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, como presidente. No Rio de Janeiro, aconteceu a “Marcha da Vitória”, mobilizando a atenção e o apoio da população à deposição de Jango, sob a alegação de que os militares evitavam a implantação de uma ditadura comunista no país.

Políticos dos Estados mais importantes da Federação – Carlos Lacerda, governador da Guanabara; Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, e Adhemar de Barros, governador de São Paulo – aliaram-se aos golpistas, assim como muitos empresários e vários órgãos de imprensa.

Nas ruas, soldados armados destruíram e/ou tomaram sedes de entidades e partidos políticos que apoiavam o governo de Goulart, com a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, sendo incendiada.

No dia 1º de abril, o Congresso Nacional acatou a indicação do comando militar e aprovou a indicação do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco para a Presidência da República, elegendo como seu vice o deputado José Maria Alkmin, indicado por Magalhães Pinto, que havia ajudado a articular o golpe. No dia 9 de abril de 1964, o comando das Forças Armadas editou o Ato Institucional nº 1, iniciando o governo de exceção, cuja validade era garantida por este instrumento, em detrimento ao que expressava a Constituição Federal. O estado de exceção estava às claras e investia a si

mesmo de “poder constituinte”, assegurando-se a capacidade de legislar à revelia dos representantes populares legalmente eleitos, o que será crucial ao longo dos 21 anos em que os generais comandarão o país a partir de então. E no dia 15 de abril de 1964, o Congresso empossou Castello Branco dando início oficial ao regime de exceção, em que as liberdades individuais, os direitos civis e a liberdade de imprensa seriam suprimidos e/ou manipulados, a repressão grassaria de forma intensa e violenta.

## 6. OS MILITARES NO PODER

Ao tomar posse como presidente da República, Castello Branco declarou defender a democracia e prometeu “restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social”. Seu mandato se encerrou em 1967. Naquele mesmo ano, o governo aprovou uma nova Constituição, que condizia com o regime militar.

Castello Branco foi categoricamente contra a indicação de Costa e Silva para sucedê-lo na Presidência da República, mas a escolha do presidente ficava a cargo do Congresso Nacional e, em 1967, o Marechal Arthur da Costa e Silva assumiu a Presidência do Brasil.

Seu governo foi marcado por intensos protestos e manifestações sociais. A oposição ao regime militar cresceu em todo o país e a UNE organizou, no Rio de Janeiro, a Passeata dos Cem Mil. Em Contagem (MG) e Osasco (SP), greves de operários paralisaram fábricas como forma de protesto contra o regime. A guerrilha urbana começou a se organizar, formada basicamente por jovens definidos como sendo idealistas de esquerda que assaltavam bancos e sequestravam embaixadores para obterem fundos para o movimento de oposição armada e exigir a libertação de presos políticos.

No dia 13 de dezembro de 1968, o governo decretou o Ato Institucional Número 5 (AI-5), considerado o mais duro do governo militar, uma vez que aposentou juizes, cassou mandatos, acabou com as garantias do *habeas corpus* e aumentou a repressão militar e policial. Como aponta Maria Celina D’Araújo (2012):

O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até

dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados (D'ARAUJO, 2012, p. 1).

Em agosto de 1969, Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral e foi afastado do cargo, sendo substituído por uma junta militar.

Com medo da reabertura do Congresso e a suspensão dos atos institucionais em vigor, o alto escalão das Forças Armadas instituiu o ato nº 12 (AI-12), que impedia a posse do vice-presidente Pedro Aleixo como sucessor de Costa e Silva, e nomeava a junta militar composta pelos ministros Augusto Hamann Rademaker Grünewald (Marinha), Aurélio de Lira Tavares (Exército) e Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica).

Em outubro de 1969, a junta editou o AI-16, que declarava extinto o mandato do presidente Costa e Silva e de seu vice Pedro Aleixo, estabelecendo uma data para a nova eleição presidencial. O AI-17 transferiu para a reserva os militares considerados ameaçadores à coesão das Forças Armadas – o que foi interpretado como um golpe contra aqueles que resistiam à indicação do general Emílio Garrastazu Médici à Presidência da República. Era o “golpe dentro do golpe”.

A Junta Militar protocolou, também, a Emenda Constitucional nº 1, que incorporava à Carta de 1967 o AI-5 e os atos que o sucederam, organizando, assim, todo o aparato repressivo e punitivo do Estado e acirrando o embate entre o governo e os movimentos de esquerda.

O Estado, então, aparelhou-se com um sofisticado sistema de informações e de repressão, como mostram Maria Celina D'Araujo, Gláucio Soares e Celso Castro (1994):

Gradativamente, o sistema foi se sofisticando e formando um rolo compressor na rota da repressão. Para evitar que a ação dos vários órgãos fosse suscetível a tendências centrífugas que poderiam levar à duplicidade de tarefas, a competições e a conflitos na área operacional, e visando maximizar os resultados de suas ações, ainda em 1970 foram criados os Centros de Operações de Defesa Interna, os CODIs, que tinham como área de ação a jurisdição de cada Exército. Entidade composta por representantes de todas as forças militares, bem como da Polícia e do próprio governo, o CODI era chefiado pelo chefe do Estado-Maior do comandante de cada um dos Exércitos. Entre suas funções, incluíam-se fazer o planejamento coordenado das medidas de defesa interna, inclusive as psicológicas, controlar e executar essas medidas, fazer a ligação com todos os órgãos de defesa interna, coordenar os

meios a serem utilizados nas medidas de segurança (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, pp. 17-18).

Do “outro lado” estavam aqueles que contestavam o regime militar, e esses mesmos autores assim relatam:

(...) várias organizações de esquerda foram surgindo para atender as demandas de participação contestatória. A luta contra a ditadura tornou-se a linha mestra desses movimentos, e os cuidados organizativos se aprimoraram, bem como as técnicas de combate. De fato, boa parte da jovem "inteligência" brasileira passou a se dedicar a formas de oposição radical e violenta, gerando o pânico nos órgãos repressores, até então ainda pouco preparados para esse novo tipo de confronto. Se esse era um movimento internacional, nem por isso todos os países o combateram da mesma forma. Aqui, o sistema foi montado para uma verdadeira operação de guerra, mais do que para uma operação policial (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, pp. 21-22).

D'Araújo, Soares e Castro (1994) também apontam para o quadro de instabilidade social que se estabelecia no país:

Como se sabe, o período em que a repressão começou a se pronunciar de forma mais cabal foi no fim da década de 60. Começavam os sequestros e assaltos a bancos, dando margem a que entrasse em ação um vasto conjunto de valores e saberes previamente aprendidos para esse tipo de enfrentamento (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 24).

Denise Rollemberg (2006), por sua vez, escreve:

Em dezembro de 1968, o movimento social estava desarticulado, desmobilizado ante as investidas sofridas, sem condições de se estruturar. O movimento estudantil, setor de ponta no enfrentamento do regime no primeiro semestre, encontrou muitas dificuldades já no início do segundo semestre, e em outubro, com a prisão maciça das lideranças nacionais no congresso de Ibiúna, não ameaçava. Quanto à esquerda armada, é verdade que, após o AI-5, houve um significativo deslocamento de militantes para a guerrilha, sobretudo, estudantes desiludidos com a possibilidade de se fazer movimento no âmbito legal (ROLLEMBERG, 2006, p. 2).

O crescimento das ações a que os militares denominavam “terroristas”, no entanto, não era uma escolha em função do momento. A mesma Rollemberg lembra

que tal opção já havia sido feita antes mesmo do golpe militar, mas intensificou-se a partir do endurecimento rigoroso do regime quando escreve:

As ações urbanas intensificaram-se nos anos seguintes. No entanto, a opção pela luta armada era anterior ao AI-5, e mesmo, anterior ao golpe de 1964 em segmentos da esquerda brasileira. Mas, mesmo deixando de lado o período anterior a 1964, na nova conjuntura da ditadura, um momento significativo foi a ruptura de Carlos Marighella com o PCB, com sua ida a Cuba, em 1967, enviando, neste ano, inclusive, a primeira turma de militantes para treinamento de guerrilha (ROLLEMBERG, 2006, p. 2).

Rollemborg ressalta que, embora com rápida passagem pelo poder, a junta militar que substituiu Costa e Silva contribuiu para a brutalidade do sistema de repressão, inclusive com a previsão da pena de morte àqueles que fossem contrários ao regime militar:

A própria Lei de Segurança Nacional foi reformulada então, ainda no governo Costa e Silva, ou melhor, no momento em que a junta militar estava no comando, em lugar do general afastado por problemas de saúde, tornando-se muito mais rigorosa em suas penas, prevendo, inclusive a prisão perpétua e a pena de morte (ROLLEMBERG, 2006, p. 10).

Esse governo durou dois meses (de 31 de agosto de 1969 até 30 de outubro do mesmo ano), já que, no dia 22 de outubro, o Congresso Nacional foi reaberto e elegeu os novos presidente e vice-presidente, Garrastazu Médici e Rademaker Grünewald, respectivamente. Pela primeira vez, o vice-presidente não era um civil, mas sim um membro das Forças Armadas, já que o vice de Castello Branco havia sido José Maria Alckmin e o vice de Costa e Silva havia sido Pedro Aleixo.

O governo de Médici, que havia chefiado o Serviço Nacional de Informações (SNI), é considerado violento e repressivo, ficando conhecido como “Anos de Chumbo”, quando a repressão à luta armada cresce e uma severa política de censura é colocada em execução.

Esse endurecimento contra os órgãos de comunicação, em especial os veículos de comunicação de massa, certamente contribuiu para que muitos dos grandes jornais da época, que inicialmente haviam apoiado a iniciativa do golpe contra Jango, revissem

suas posições e passassem para o lado oposto, posicionando-se contra o regime de exceção.

Médici governou o Brasil no período denominado “Milagre Econômico”, em que os produtos comercializados brasileiros valorizaram-se fazendo com que o Produto Interno Bruto (PIB) do país crescesse. Em seu mandato, conseguiu estabilizar a economia (então comandada por Antônio Delfim Netto), fator que ajudou a “alienar” a população. A todo o momento tentava mostrar um país próspero forte e progressista.

O professor José Pedro Macarini (2005) assim analisa tal período:

Essa aceleração do crescimento resultaria de uma modificação substancial na estratégia do desenvolvimento, que passaria a centrar-se (...) no forte incremento da produção agrícola e das exportações do país, ensejando a rápida ampliação do mercado interno e induzindo o crescimento dos demais setores (MACARINI, 2005, p. 62).

Esse período de crescimento econômico, que vai de 1969 a 1973, ficou conhecido como Milagre Econômico. O PIB brasileiro crescia a uma taxa de quase 12% ao ano, enquanto a inflação girava em torno dos 18%. Os investimentos internos geraram empregos e obras, como a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói. Porém, todo esse desenvolvimento gerou uma enorme dívida externa.

Em 1973, o general Ernesto Geisel foi escolhido pelo Alto Comando das Forças Armadas para ocupar a Presidência no lugar de Médici. Em 15 de março de 1974, tendo como vice o também general Adalberto Pereira dos Santos, Geisel foi empossado.

Em 1977, ele fechou o Congresso por duas semanas e editou o “Pacote de Abril”, que continha o crescimento da oposição. Entre as medidas adotadas estavam o aumento do mandato presidencial de 5 para 6 anos, a manutenção das eleições indiretas para os governadores e a criação da figura do chamado “senador biônico”, eleito indiretamente.

Em 1978, por meio de uma emenda constitucional, Geisel revogou o AI-5. Além disso, reatou as relações diplomáticas com a China, países da África e assinou um tratado nuclear com a Alemanha. Em 1979, Geisel deixou a Presidência, sendo sucedido pelo general João Baptista Figueiredo, que tinha como vice-presidente o civil Aureliano Chaves.

O novo governo, no entanto, começou sob o signo da crise econômica. A conjuntura econômica passou, então, a determinar o desgaste cada vez mais intenso e mais rápido do regime. Como observa Macarini:

No lugar das ambições associadas ao projeto “Brasil Grande Potência”, o imperativo da administração da crise. Ao longo do governo Figueiredo a crise se explicita por completo, restringe a capacidade de ação da política econômica – a qual exibirá inflexões *in extremis* – e termina desaguando na crise política, com o fim do regime militar (MACARINI, 2008, pp. 3-4).

As consequências do “Milagre Brasileiro” – com a explosão da dívida externa – foram para além da economia. A estrutura social do país foi alterada e, com isso, novos problemas surgiram e/ou se agravaram, com a concentração da população nas cidades e o comprometimento da qualidade de vida.

O professor Cláudio de Oliveira Santos Colnago (2013) escreve:

Sob o prisma interno, o Brasil da década de 1970 já era bastante diferente da nação do início dos anos 1960.

Verificou-se, no período em questão, um aprofundado processo de assalariamento da população, motivado por sua vez pela forte urbanização brasileira. Trocou-se o campo pela cidade, a enxada pela indústria. Tal modificação das relações econômicas levou a, no mínimo, dois fatores relevantes para a transição: a) o aumento da força política dos sindicatos e b) a inclusão da mulher como um fator importante do mercado de trabalho (COLNAGO, 2013, p. 5).

Enfraquecido pelo movimento da população e seu agrupamento em sindicatos cada vez mais fortes, o governo militar ainda teve de arcar com as consequências das crises internacionais provocadas especialmente pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que forçou o aumento de preços do barril de óleo.

É Adriano Nervo Codato quem lembra o início da reação dos empresários ao regime militar, pondo por terra o mito do “Brasil Gigante” e do “Milagre Brasileiro”. A dívida externa em patamares assustadores dificultava a vida do empresariado, e é a partir do final da década de 1970 que esse setor começa a dar mostras de ansiar pela redemocratização do país. Esse autor escreve:

A partir de 1975/1976 o empresariado nacional levantará a bandeira contra a “estatização” da economia. Tendo o economista

ultra-liberal Eugênio Gudin à frente, a campanha contra o Estado militar enfatizará dois pontos capitais: i) a “intervenção direta” das firmas estatais em setores produtivos antes reservados à “iniciativa privada” e (principalmente) ii) o controle do crédito público por parte dos bancos oficiais. Na conjuntura imediatamente posterior, em 1977/1978, o empresariado irá se lançar, timidamente, na defesa da “normalização democrática”. Nesse período, portanto, o governo militar verá contestado não somente seu “modelo econômico”, mas também seu “modelo político” (CODATO, 2013, pp. 505-506).

O regime foi perdendo seu poder sobre os sindicatos, com o surgimento de movimentos dissidentes e o conseqüente afastamento daqueles mais próximos dos militares. E se já não detinha mais o domínio da massa trabalhadora como no início do estado de exceção, o governo Figueiredo passou a enfrentar também o descontentamento do empresariado – justamente o ponto de sustentação do golpe de 1964 nos meios civis.

A professora Danielle Forget (1994), assim descreve esse período:

Em novembro de 1981, é implementada mais uma série de reformas com vistas às eleições de 1982: são proibidas alianças interpartidárias, fato que dificulta a ação dos opositoristas em escolher candidatos para governador, assegurando uma posição de força ao partido do governo (nessa época, o PDS, Partido Democrático Social) nos Estados. Isso sem falar das ondas de violência que se alastram, como o atentado a bomba no Centro de Convenções Riocentro em 1º de maio de 1981, com a implicação de membros do aparelho repressivo militar.

Mas, do lado da sociedade civil, as pessoas abandonam o papel de espectadoras dos acontecimentos e se intensifica pouco a pouco a mobilização popular. O empresariado também tenta se manifestar, apesar de ter sido um dos elementos mais determinantes da subida dos militares ao poder, em 1964 (FORGET, 1994, p. 23).

A abertura lenta e gradual projetada por Geisel e pelo também general Golbery do Couto e Silva parecia destinada a mais um adiamento. O endurecimento político, no entanto, não correspondia aos problemas econômicos cada vez mais graves e problemas sociais cada vez mais acentuados, com a crescente insatisfação da população.

Carlos Fico (2010) lembra que foi a Figueiredo que coube consumir a anistia que vinha sendo preparada desde o governo Geisel e articulada por Golbery do Couto e Silva:

João Figueiredo tomou posse em março de 1979 e, no final de junho, encaminhou projeto de lei ao Congresso Nacional concedendo anistia nos termos já mencionados. A ideia de uma “anistia recíproca” não era alheia à campanha pela anistia. A dirigente da seção gaúcha do Movimento Feminino pela Anistia, por exemplo, defendia uma anistia “de parte a parte”, tanto quanto Pedro Simon – que em 1978 era deputado estadual (MDB-RS) – falava em “esquecimento recíproco dos que agiram e dos que sofreram”. Pery Bevilacqua também defendia a “anistia recíproca”, diferentemente da presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, que considerava impossível anistiar a prática da tortura “porque tais crimes nunca foram punidos e não se pode anistiar quem não chegou a ser punido” (FICO, 2010, p. 320).

É Fico, também, quem ressalta o interesse do próprio regime em promover a chamada anistia ampla, geral e irrestrita (embora os militares estivessem divididos quanto à sua abrangência) observando:

Curiosamente, alguns militares eram contrários à referência aos crimes conexos porque isso implicava admitir que tivesse havido tortura – acusação que a ditadura negou enquanto pôde. Outros julgavam que a anistia, além de recíproca, deveria restringir-se à recuperação dos direitos políticos e ao exercício de cargos públicos dos beneficiados (FICO, 2010, p. 320).

Com tal quadro desenhado, era preciso um entendimento de caráter nacional efetivo. De um lado, os militares precisavam assegurar o esquecimento dos anos de chumbo. De outro, a sociedade precisava assegurar a volta de boa parte de seus intelectuais, capazes de reestruturar o país economicamente e buscar saídas para a crise social.

Bolivar Lamounier (1987) assim analisa os estertores do regime de exceção:

A eleição de 1982 inaugurou uma situação fundamentalmente diferente. Considerados no seu conjunto, os partidos de oposição conseguiram maioria (ainda que pequena) na Câmara dos Deputados. Mais importante ainda: vencendo um grande número de eleições municipais e ascendendo a 10 dos 23 governos estaduais, inclusive os de São Paulo e Rio de Janeiro, a oposição possuía agora bases significativas de poder sob seu controle. Os únicos instrumentos institucionais seguros de controle e contenção à disposição do regime eram agora o Senado e o Colégio Eleitoral, ambos severamente questionados em sua legitimidade (LAMOUNIER, 1987, p. 44).

Sem força política e a lidar com um severo problema econômico, além da amotinação da população, cada vez mais nítida, isso (Senado Federal e Colégio Eleitoral) era insuficiente para dar sustentação ao regime de exceção. A queda do regime se apresentava como inevitável e a única saída era forçar a transição para a presidência de um civil através dos meios ainda disponíveis.

## **7. A CAMPANHA PELAS DIRETAS JÁ E A REDEMOCRATIZAÇÃO**

Os planos de uma abertura lenta, gradual, preparados por Geisel e que Figueiredo pretendia levar até o fim não puderam ser executados. Edison Bertoncelo (2009) relata como os fatos precipitaram a negociação e a implantação da Lei de Anistia:

As eleições de 1982, especialmente, envolveram uma distribuição real de poder entre os atores políticos (instaurando uma diarquia no sistema político), na medida em que as oposições partidárias (no caso, PMDB e PDT) conquistaram dez governadorias, passando a controlar parte da máquina estatal (LAMOUNIER, 1987). Os resultados para a Câmara dos Deputados, em seu conjunto, também foram desfavoráveis ao PDS e aos dirigentes do regime. Embora o PDS tenha obtido o maior número de cadeiras, 235 no total, os demais partidos obtiveram 244, retirando a maioria parlamentar do partido governista na Câmara Federal. Com a ampliação da competição político-partidária, os partidos de oposição, especialmente o PMDB, lograram expandir-se nacionalmente e enraizar-se entre as camadas médias e populares (BERTONCELO, 2009, p. 172).

Foi justamente esse quadro político adverso que provocou os primeiros sinais de fragmentação do regime, como o mesmo Bertoncelo observa:

Além disso, as tentativas de desarticulação da comunidade de segurança e a restauração de algumas liberdades políticas e civis (entre elas a liberalização parcial da imprensa, especialmente da imprensa escrita) contribuíram para reduzir os níveis de repressão política e para expandir o espaço público não controlado pelo Estado (BERTONCELO, 2009, p. 172).

Os resultados do processo eleitoral foram desastrosos para o regime militar. Estudiosos apontam a fragmentação da base de apoio ao governo no Congresso Nacional e a ampliação do espaço da oposição, além da conjuntura socioeconômica (crise econômica, aumento do número de greves, insatisfação da classe empresarial com as medidas recessivas adotadas etc.), como a preparação das condições para que se tentasse a volta à democracia.

Foi quando a corrente oposicionista liderada pelo então deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB/SP) vislumbrou a possibilidade de se voltar a ter eleições diretas para a Presidência da República. Essa corrente, porém, era minoritária dentro do próprio PMDB. Mesmo assim, em março de 1983, o deputado Dante de Oliveira (PMDB/MT) apresentou a Emenda Constitucional nº 5/1983, restabelecendo a votação direta para a escolha do Presidente da República.

A partir da apresentação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), espalhou-se uma onda de manifestações pelo país. Bertoncelo lembra que “(...) uma campanha popular por eleições diretas foi vista como um elemento de pressão para angariar votos pedessistas ou simplesmente para forçar o núcleo do regime a negociar em termos melhores para as oposições” (BERTONCELO, 2009, p. 176).

Mesmo governadores aderiram ao movimento, a partir do momento em que sentiram o potencial de mobilização que tinha a ideia de votação para a escolha do novo presidente, oferecendo à população condições de locomoção até os pontos de concentração e o comparecimento aos comícios, que reuniram massas impossíveis de serem ignoradas.

Bertoncelo relata detalhes de uma dessas grandes manifestações, ocorrida em São Paulo, na Praça da Sé:

(...) Para a realização do comício da Praça da Sé (ocorrido na cidade de São Paulo em 25 de janeiro de 1984), o governador Franco Montoro (com o apoio do prefeito por ele indicado, Mario Covas) garantiu transporte gratuito ao local da manifestação, liberando as catracas do metrô, ônibus e trens. O secretário de segurança, Miguel Reale Jr., reuniu-se com o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, para assegurar-lhe que a segurança do evento seria feita pela polícia militar (havia o temor de que as tropas do Exército pudessem ser mobilizadas pelo regime militar, o que, de fato, não ocorreu, embora as tropas estivessem em estado de prontidão). Por sua vez, os secretários do interior e de negócios metropolitanos, respectivamente Chopin

Tavares de Lima e Almino Afonso, estimularam os prefeitos da Grande São Paulo a organizar caravanas para o local da manifestação. Em parte como resultado desses esforços, o comparecimento de cerca de 300 mil pessoas superou em muito as expectativas iniciais dos organizadores. Esforços semelhantes foram fundamentais para a realização de várias outras manifestações pró-diretas (BERTONCELO, 2009, pp. 117-178).

No dia 25 de abril de 1984, a Emenda Dante de Oliveira foi à votação na Câmara dos Deputados, e seriam necessários os votos favoráveis de 2/3 dos parlamentares (320 deputados) para que fosse aprovada. A emenda foi rejeitada, com 298 deputados a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 ausências ao plenário.

A partir da rejeição da emenda das diretas, a oposição passou a organizar uma candidatura alternativa àquela apresentada pelo regime militar e encaminhada ao Congresso Nacional através do PDS. Dissidentes da base governista, que já haviam criado o Partido da Frente Liberal (PFL), e opositoristas uniram-se, e o fim do regime militar foi anunciado dentro do próprio Colégio Eleitoral por ele criado.

Em 15 de janeiro de 1985, a chapa da chamada Aliança Democrática (formada pelo PMDB e pela Frente Liberal) encabeçada por Tancredo Neves (PMDB), tendo José Sarney (PFL) como vice, venceu aquela apoiada pelos militares, composta por Paulo Maluf e Flávio Marcílio, ambos do PDS, por 480 votos a favor, 180 contra e 26 abstenções.

## **CONCLUSÃO**

As lembranças do passado nebuloso, da manipulação da informação, da indução de uma linha de pensamento político e a supressão de direitos políticos, sem contar a repressão violenta que dizimou incontáveis lideranças civis, parecem estar mais vivas que nunca.

A similaridade com a atual crise vai além dos pedidos de “intervenção militar constitucional” feitos por alguns manifestantes durante os eventos de rua e vários outros nas redes sociais já mencionadas. A crise brasileira é mais de ordem moral e ideológica que propriamente social, mas deságua com força na economia. Melhor definição é aquela que aponta as sérias dificuldades econômicas e seus profundos reflexos sociais como

decorrência direta da crise institucional e política, que, por sua vez, está centrada nos sucessivos escândalos de desvio de verbas oficiais em busca de apoio político e para manutenção de um projeto de poder.

Há que se reconhecer que o enfraquecimento da presidente da República, Dilma Vana Rousseff, se deve muito mais ao esfacelamento de sua base política no Congresso Nacional – exatamente como ocorreu com João Goulart.

A comprovação de inúmeros casos de corrupção, feita de maneira legal e embasada em investigações conduzidas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, minou o apoio político e promoveu seu isolamento, conduzindo a um agravamento da crise verificada nas relações entre Executivo e Legislativo e insuflando manifestações populares tão grandes, e, em alguns casos, bem maiores que aquelas verificadas nos anos de 1960 (contra o Comunismo e pela Família) e também aquelas que pediam Diretas Já. O mesmo – comprovação de corrupção – não aconteceu com Jango.

O discurso oficial, baseado na política do “tudo pelo social”, perdeu força e credibilidade diante das proporções adquiridas pelos desvios dos recursos dos cofres públicos. Assim, o Comunismo voltou à cena, mesmo depois de extinto em seu centro principal (a igualmente extinta União Soviética), servindo muito mais como insulto para definir seus seguidores, especialmente pelo volume de empréstimos feitos pelo governo brasileiro ao regime cubano dos irmãos Castro, ao longo dos últimos três mandatos presidenciais.

Não há similitude, no entanto, na movimentação de forças militares. Sob tal aspecto, tem-se a normalidade do funcionamento das instituições e dos poderes constituídos, não se aventando a menor possibilidade de uma intervenção armada por parte de Exército, Marinha e/ou Aeronáutica. Da mesma forma, quando do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, não houve movimento por parte das Forças Armadas.

Não se trata, evidentemente, de anuência dos militares ao que se verifica na esfera civil do Congresso Nacional. Constata-se que há respeito à ordem estabelecida pela Constituição de 1988, onde somente a eminência de uma guerra civil aberta levaria as Forças Armadas às ruas, para restabelecimento da ordem social no país.

O enfraquecimento de um dos três poderes (no caso, o Executivo) e as suspeitas de envolvimento dos últimos mandatários com esquemas refinados de

corrupção e desvio de recursos conduzem o país à instabilidade econômica, com graves consequências sociais, mas não à quebra da ordem constitucional – ainda que muitos integrantes do Legislativo estejam sob investigação por suspeita de corrupção.

Pode-se, então, apontar as semelhanças entre as grandes crises enfrentadas pelo país nos últimos 50 anos, através de um quadro genérico das condições registradas em cada um desses momentos de crise – a queda de João Goulart, o fim do regime militar, o impedimento e renúncia de Collor de Mello e a crise atual, no governo Dilma Rousseff:

<b>Componentes da crise</b>	<b>Gov. João Goulart</b>	<b>Gov. João Figueiredo</b>	<b>Gov. Collor de Mello</b>	<b>Gov. Dilma Rousseff</b>
Atentados à ordem pública (atos terroristas, vandalismo etc.)	?	?	-	?
Concentração do poder político	-	?	-	?
Confronto de ideologias políticas	?	?	-	?
Crise econômica	?	?	?	?
Denúncias de corrupção	-	-	?	?
Descontrole da inflação	-	?	?	?
Desemprego em alta	-	?	?	?
Falta de apoio do empresariado	?	?	?	?
Falta de apoio parlamentar	?	?	?	?
Greves	?	?	?	?
Influência externa	?	-	-	-
Instabilidade social	?	?	?	?
Manifestações de rua	?	?	?	?
Movimento militar contrário	?	-	-	-
Perda de direitos trabalhistas	-	-	-	?
Rejeição popular	?	?	?	?
Repressão	-	?	-	-
Veículos de comunicação de massa em oposição ao governo	?	?	?	?

E, uma vez mais, a imprensa ganha papel de destaque, ao apresentar os fatos aos cidadãos, constatando-se, também, a polarização entre os veículos de comunicação – com imediata e intensa repercussão nas redes sociais. Alguns veículos defendem abertamente o impedimento (*impeachment*) da presidente da República, alegando sua incapacidade de gerir a política econômica e as suspeitas e até mesmo abertura de inquéritos contra seus auxiliares próximos, além das denúncias de que suas campanhas eleitorais teriam sido irrigadas com dinheiro desviado de empresas públicas, especificamente da Petrobrás.

Conclui-se, de tudo o que foi exposto e dos fatos históricos lembrados, que se trata de uma crise “civil”, ainda distante das forças militares, mesmo que elas sejam constantemente instadas a agir. Não se desenha, ao contrário do que se verificou em 1964, um movimento pró-derrubada da presidente dentro da caserna. Desenha-se, sim, um desenlace dentro das normas constitucionais, dentre as quais o *impeachment* é uma.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “*Eu quero votar para presidente*”: uma análise sobre a campanha das diretas. Lua Nova, São Paulo, n. 76, pp. 169-196, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a06.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2014.

BIROLI, Flávia. *Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004*. Vária História, v. 25, pp. 269-291, jan/jun 2009.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Tradução Sérgio Bath. 10. ed. Brasília: UnB, 1980. Disponível em: <[http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/Bobbio%20-%20FormasGoverno.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Bobbio%20-%20FormasGoverno.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2014.

BRASIL. *Constituição Federal*. 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 20 out. 2015.

CODATO, Adriano Nervo. *Estado militar, política econômica e representação de interesses: Constrangimentos da transição democrática no Brasil no anos oitenta*. Espacio Abierto, **Universidad del Zulia**, Maracaibo (Venezuela), v. 12, n. 4, p. 493-521, 26 maio 2013. Disponível em: <

<http://br.monografias.com/trabalhos914/estado-militar-politica/estado-militar-politica.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. Revista Bras. de História, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a11v2447.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2014.

COLNAGO, Cláudio de Oliveira Santos. *A trajetória constitucional da redemocratização brasileira: evoluções e involuções de uma experiência democrática recente*. Revista Derecho y Cambio Social. Lima (Peru), ano X, n. 33, jul. 2013. Disponível em: <[http://www.derechoycambiosocial.com/revista033/Trajectoria\\_constitucional\\_da\\_redemocratizacao.pdf](http://www.derechoycambiosocial.com/revista033/Trajectoria_constitucional_da_redemocratizacao.pdf)>. Acesso em 30 ago. 2014.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O AI-5*. FGV CDPOC, Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 1 ago. 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (Orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/13.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/13.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2014.

FERREIRA, Jorge. *Esquerdas no panfleto*. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular. Anos 90, Porto Alegre, v. 16, n. 29, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/download/10244/5975>>. Acesso em: 10 set. 2014.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília, Ministério da Justiça, n.4, p.318-333, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCMQFjAB&url=http%3A%2F%2Fportal.mj.gov.br%2Fservices%2FDocumentManagement%2FFileDownload.EZSvc.asp%3FDocumentID%3D%257B79A92F4C-6DBC-47FA-ADEE-19EB37B986CD%257D%26ServiceInstUID%3D%257B59D015FA-30D3-48EE-B124-02A314CB7999%257D&ei=8tdtVKq5C4ejNrmbgvAH&usg=AFQjCNGgKVaQVOImTCZjzodIX2tC8KRuKA&sig2=8Gt-CyYPs1mWB3LLYabX1Q>> Acesso em 20 set. 2014

FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder (1964-1984): a emergência de um discurso democrático no Brasil*. Tradução: Lucimar de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1994. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=WYCOJElmVeoC&pg=PA64&lpg=PA64&dq=Conquistas+e+resist%C3%Aancias+do+poder&source=bl&ots=qZETTCQBnO&sig=8fUv\\_n4F](http://books.google.com.br/books?id=WYCOJElmVeoC&pg=PA64&lpg=PA64&dq=Conquistas+e+resist%C3%Aancias+do+poder&source=bl&ots=qZETTCQBnO&sig=8fUv_n4F)>

6ftWcBBEyHYkS4B4DOg&hl=pt-BR&sa=X&ei=e9JtVJezLsGgNo7NgtAG&ved=0CDQQ6AEwBA#v=onepage&q=Conquista%20e%20resist%C3%AAscias%20do%20poder&f=false>. Acesso em 20 set. 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. As ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos*. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Ana. *Memória social e identidade nacional no contexto europeu*. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona: Memória Social e Dinâmicas Identitárias, pp. 11-24, 2009.

LAMOUNIER, Bolivar. *Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 2, n. 4, p. 43-64, 1987. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=233:rbc-04&catid=69:rbc&Itemid=399](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=233:rbc-04&catid=69:rbc&Itemid=399)>. Acesso em 30 ago. 2014.

LOPES, Luís Carlos. *Artefatos de memória e representações nas mídias*. Ciberlegenda, n. 7. 2002. Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imagem e Informação. UFF, n. 7, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/330/211>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

MACARINI, José Pedro. *A política econômica do governo Médici*. Nova Economia. Belo Horizonte, v. 15, p. 53-92, set.-dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v15n3/v15n3a03.pdf>>. Acesso em 30 set. 2014.

\_\_\_\_\_. *Crise e política econômica: o Governo Figueiredo (1979-1984)*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP. Campinas, n. 144, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1774&tp=a>>. Acesso em 20 ago. 2014.

MORAES, Rafael. *O governo João Goulart e o empresariado industrial: uma abordagem alternativa da história econômica do período de 1961 a 1964*. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files\\_l/i2-2c5973b65db6447cd8a41acc012cb19e.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_l/i2-2c5973b65db6447cd8a41acc012cb19e.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2014.

NOBLAT, Ricardo. *Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro* (Editorial). O Globo, Blog do Noblat, Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/noticias/noticia/2013/08/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-editorial-508918.html>>. Acesso em: 7 mar. 2014.

RAPOPORT, Mário; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960 In: Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 43, n. 1, Junho 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a04.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Disponível em: <[https://we.riseup.net/assets/180299/Ditadura militar esquerdasesociedade.pdf](https://we.riseup.net/assets/180299/Ditadura%20militar%20esquerdas%20e%20sociedade.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2014.

ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e luta armada* In: Francisco Carlos Palomanes Martinho (org.). Democracia e ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, pp. 141-152). Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A\\_ditadura\\_civil\\_militar\\_em\\_tempo\\_d\\_e\\_radicalizacao\\_e\\_babarie.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A_ditadura_civil_militar_em_tempo_d_e_radicalizacao_e_babarie.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2015.

SÁ, Israel de. *Quem te viu, quem te vê: a memória da ditadura brasileira entre o dizer e o silêncio*. Eutomia Revista de Literatura e Linguística, Recife, v. 9, pp. 479-491, 2012.

SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro* In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 14, n. 41, pp. 103-120, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-909199900030000007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-909199900030000007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 out. 2015.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SANWAYS, Daniel Trevisan. *Ditadura em nome da democracia: as utilizações da democracia por regimes ditatoriais*. Revista Expedições: teoria da história e historiografia, ano 1, n. 2, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revista\\_geth/article/view/253/229](http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revista_geth/article/view/253/229)>. Acesso em: 11 ago. 2015.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a02v2447.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2014.

Recebido em 23 de novembro de 2015.

Aceito em 18 de dezembro de 2015.